

Choque heterodoxo demora

Economia Política

ALEX SOLNIK
Da Sucursal

São Paulo — Um grande amigo do presidente Sarney, um economista com alta posição no governo Montoro e o principal assessor do ministro da Fazenda, negaram que o choque heterodoxo esteja próximo. Luiz Gonzaga Belluzzo, chefe da assessoria econômica do ministro da Fazenda, reconhece que houve uma reunião em que a questão foi examinada por Funaro, mas o ministro teria tido uma reação "muito reticente". O ex-governador Abreu Sodré, amigo de Sarney, disse que "por enquanto não há necessidade". O economista Bresser Pereira, secretário de Governo de Montoro, afirmou que o choque heterodoxo é a única saída, mas não será implantado agora. Ele prevê inflação de 14 por cento em janeiro e 350 por cento no ano.

"Não existe alternativa para resolver o problema da inflação brasileira senão o choque heterodoxo", disse, ontem, o economista Luis Carlos Bresser Pereira, "mas não acredito que ele seja colocado em prática por duas razões: Não há

suficiente indignação contra a inflação e os aumentos salariais ainda são muito espaçados". Bresser acha que este será o ano dos aumentos trimestrais, mas o choque heterodoxo estará próximo apenas quando os aumentos se tornarem mensais.

Enquanto não for colocado em prática o choque heterodoxo, a inflação não cairá, mas também não explodirá. "O governo Delfim deixou a inflação num patamar de 300 por cento para este ano minha previsão é de 350 por cento" afirmou Bresser Pereira.

"O choque não é para já" — é a opinião do grande amigo do presidente Sarney, o ex-governador Abreu Sodré. Ele passou as festas de fim do ano com o Presidente, em Brasília. "O Presidente não tem planos de colocar em prática o tratamento de choque", disse Sodré. "Ele acha que a inflação ainda pode ser controlada".

A questão do choque heterodoxo é discutida no Brasil desde o inicio de 85, quando o presidente Tancredo Neves formou a Copag, dirigida por José Serra, para formular soluções para a economia brasileira. Durante a existência

desse grupo, houve duas reuniões para discutir o choque, uma no Rio e outra em Brasília. Participaram delas pelo menos dois integrantes do atual governo: o ministro João Sayad (que ainda não estava ministro) e André de Lara Resende, diretor da Dívida Pública do Banco Central. Sayad comentou, na época, que a decisão pelo choque seria mais política que econômica. Teria que ser escolhido o momento certo.

Há, dentro do governo, um grupo de economistas que defende o choque já e outro que defende o controle da inflação. Os estudos para a implantação prosseguem, e já surgem os primeiros impasses, gerados pela necessidade de sigilo. Trata-se de uma medida que não pode ser anunciada com antecedência. Por isso o ministro Sayad teve que desmentir seu assessor André Calabi, que afirmou, em dezembro, que o choque heterodoxo não estava descartado.

O chefe da assessoria econômica do Ministério da Fazenda, Luis Gonzaga Belluzzo, compara o choque, e a queda brusca da inflação, com o ato de frear bruscamente o carro: — ele